

## JUNHO / 2017

### INTERNACIONAL

#### **EUROPA**

A economia da zona do euro cresceu 0,6% no primeiro trimestre de 2017, em relação ao trimestre anterior e 1,9% em relação ao ano anterior. Assim, a confiança econômica na região atingiu o nível mais alto em quase 10 anos. O Banco Central Europeu – BCE, já vê crescimento sólido também no segundo trimestre.

Em maio, conforme o informado pela agência Eurostat no início de julho, a taxa de desemprego na zona do euro ficou estável em 9,3%. A maior taxa foi a da Grécia, com 22,5% de desempregados e a menor foi na República Tcheca com 3%.

A taxa de inflação, por sua vez, depois de ter se aproximado de 2% em março, na base anual, desacelerou para 1,3% em junho, a menor taxa do ano. Já o BCE, em sua última reunião no início do mês, manteve em 0% a taxa básica de juro e em -0,4% a taxa de depósito.

#### **EUA**

Conforme a estimativa final divulgada pelo Departamento de Comércio, o PIB americano no primeiro trimestre de 2017 subiu à taxa anual de 1,4%, ao invés de 1,2% da estimativa anterior. O maior crescimento foi impulsionado pelos gastos do consumidor.

O mercado de trabalho permaneceu muito robusto. Em junho foram criados 222 mil novos postos não agrícolas, quando a expectativa era de 174 mil. No entanto, a taxa de desemprego que era de 4,3% em maio, subiu para 4,4% com mais pessoas procurando emprego.

Na sua reunião no meio do mês, o Comitê Federal de Mercado Aberto do FED, o Fomc, decidiu elevar os juros uma vez mais neste ano. A taxa básica subiu do intervalo entre 0,75% e 1% aa, para o intervalo entre 1% e 1,25% aa. No comunicado pós reunião houve indicação que uma nova alta ainda pode ocorrer neste ano.

#### **ÁSIA**

Na China, a atividade econômica seguiu conforme o esperado pelo governo, tanto que o FMI elevou de 6,6% para 6,7% a previsão de evolução do PIB neste ano. Já as reservas internacionais do país continuaram a se recuperar e atingiram US\$ 3,05 trilhões em maio.

No Japão, o PIB do primeiro trimestre de 2017 teve o seu crescimento revisado de 2,2% em doze meses, para 1%. No entanto, o banco central do país melhorou sua visão sobre o consumo.

## MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,21% a.a. no final de maio, terminaram junho com um rendimento de 2,37% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico encerraram o semestre rendendo cerca de 1,23% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês com rendimento de 0,36%. Paralelamente, o dólar se desvalorizou 1,62% perante o euro e 1,45% perante o yen, por exemplo.

Já as bolsas internacionais tiveram resultados mistos em junho. Enquanto a bolsa alemã (Dax) caiu 1,58% no mês e a inglesa (FTSE 100) 2,76%, a do Japão (Nikkei 225) subiu 1,95%, enquanto a americana avançou (S&P 500) 0,48%.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês 7,56%.

## NACIONAL

### ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme divulgação do IBGE, em meados de junho, o segundo trimestre começou para a economia brasileira, com uma expansão de 0,28% em abril, frente a março. Em relação a um ano antes, no entanto, houve um recuo de 1,75%. Nesse mês, as vendas no varejo surpreenderam, sendo que a alta de 1% foi a maior para um mês de abril em nove anos e o setor de serviços, também com crescimento de 1% foi outro destaque.

Ainda de acordo com o IBGE, a taxa de desemprego no país se situou em 13,3% no trimestre encerrado em maio, sendo que um ano antes era de 11,2%. O número de desempregados foi de 13,8 milhões de pessoas.

### SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 30,7 bilhões em maio. Foi o pior resultado para um mês de maio de toda série histórica e foi agravado pela antecipação do pagamento de precatórios.

No ano o déficit primário acumulou R\$ 15,6 bilhões e em doze meses R\$ 157,7 bilhões (2,47% do PIB).

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 430,9 bilhões (6,75% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 588,6 bilhões (9,22% do PIB), também em doze meses.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em janeiro R\$ 4,63 trilhões (72,5% do PIB).

### INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), recuou de maio para junho de 0,31% para -0,23%. Foi a primeira deflação desde junho de 2006.

Em doze meses, a alta acumulada foi de 3% e no ano de 1,18%. O maior recuo de preços foi no grupo habitação por conta da energia elétrica e dos combustíveis.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), caiu 0,30% em junho passando a acumular uma alta de 1,12% no ano e de 2,56% em doze meses.

## **JUROS**

A ata da última reunião do Copom, divulgada no início de junho reiterou o aumento das incertezas com a crise política, mas não afastou a possibilidade da manutenção do corte da taxa em 1% na próxima reunião, no final de julho. Com a deflação de junho, uma queda maior da taxa Selic voltou para o radar do mercado.

## **CÂMBIO E SETOR EXTERNO**

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de junho cotada em R\$ 3,3082, com uma valorização de 1,99% no mês.

Em maio, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$ 2,9 bilhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 18,1 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 2,9 bilhões no mês, as reservas internacionais terminaram junho em US\$ 377,7 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 314,3 bilhões.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em junho de 2017 um superávit de US\$ 7,19 bilhões, o maior superávit para o mês desde 1989 e acumula no ano um saldo de US\$ 36,22 bilhões, recorde para o período.

## **RENDA FIXA**

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de maio acabou sendo o do IRF-M 1+, com alta de 1,51%, seguido do IRF-M Total, com 1,35% e do IRF-M 1, com 0,89%. Em doze meses, o melhor desempenho foi o do IRF-M 1+ com alta de 18,04%, seguido do IDkA 20 (IPCA), com alta de 17,04% e do IRF-M Total com alta de 16,68%.

## **RENDA VARIÁVEL**

Para o Ibovespa, a alta no mês foi de 0,30% e agora acumula no ano uma alta de 4,44% e de 20,42% em doze meses.

## **PERSPECTIVAS**

### **MERCADO INTERNACIONAL**

As atenções no mercado internacional em julho se voltam para a reunião do FOMC, no próximo dia 26, em um momento em que o colegiado está dividido sobre o rumo da inflação e em que deve avançar com a discussão sobre a redução gradual do balanço da entidade a se iniciar nos próximos meses.

## MERCADO NACIONAL

No mercado local, as atenções em julho estarão voltadas para a próxima reunião do Copom, também no próximo dia 27, em que uma nova redução da taxa Selic deverá ocorrer. A dúvida repousa na intensidade da redução na medida em que por um lado a deflação de junho reascende a expectativa de uma redução de pelo menos 1%, mas por outro o prolongamento da crise política mantém a incerteza da permanência do governo e da aprovação das reformas.

Seguimos com a nossa recomendação de uma exposição de 50% nos vértices mais longos (dos quais 20% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 30% para o IMA-B Total).

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) reduzimos a nossa recomendação de uma exposição de 20% para 10%. Os recursos deverão ser migrados para as aplicações em fundos DI, cuja alocação agora sugerida é de 15% (5% anteriormente). As aplicações no IRF-M 1, representado pelos vértices mais curtos da taxa pré-fixada, deverão igualmente migrar para as aplicações em fundos DI, mantendo-se apenas o estritamente necessário para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 3.922/2010, que permite o percentual máximo de 30% em fundos enquadrados no Artigo 7º, Inciso IV. A estratégia ora recomendada mantém a perspectiva de retorno ao mesmo tempo em que reduz o risco total da carteira.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais.

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), além das realizadas em ações (10%).

**É importante lembrarmos que a crise é de ordem política e não econômica. As quedas ocorridas em consequência acabaram por criar oportunidades de investimento que não merecem ser desprezadas.**

**Para os clientes que seguem integralmente a nossa carteira sugerida, recomendamos permanecer nas posições atuais. Para os clientes que seguem as alocações sugeridas apenas em renda fixa, lembramos a oportunidade criada na renda variável, principalmente em ações. E para os clientes que não estão seguindo em qualquer aspecto a nossa sugestão de carteira, acreditamos que este é um bom momento para fazê-lo.**

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos	
<u>Renda Fixa</u>	75%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	(*)20%
Longo Prazo (IMA-B Total)	(*)30%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	10%
Curto Prazo (CDI)	15%
<u>Renda Variável</u>	25%
Fundos de Ações	10%
Multimercados	5%
Fundos em Participações	5%
Fundos Imobiliários	5%
* Para os RPPS com PL igual ou superior a R\$40 milhões, os recursos alocados em FIDC/Crédito Privado devem ser proporcionalmente subtraídos das aplicações de Renda Fixa de Longo e Longuíssimo Prazos.	